

Introdução

O tema é vastíssimo. Para começar, a gente poderia se perguntar por que as pessoas da igreja, que se supõe serem “gentes-bem”, se preocupam com presos. O que é que move essas pessoas a compartilhar com os “detidos” ou “presidiários” algo que parece impossível em tais circunstâncias: o reconhecimento do dom da vida, o empenho em fazer desabrochar essa vida em comunhão com os homens todos, em liberdade sempre mais perfeita? Seria tão mais cômodo mais normal, passa adiante, sem mesmo se indagar ao que está acontecendo por detrás dos muros e das grades das prisões. A suposição legítima é a de que se trata de malfeitos e não de vítimas. Mas, para quem vive, como Agente da Pastoral Carcerária, a experiência do universo carcerário, a situação do preso é, antes de tudo, um desafio a consciência cristã. Para quem vive da fé, entrar pelos portões dos presídios, para ser ali presença do amor de Cristo, é mergulhar no mistério do homem necessitado a salvação, arrasado pela culpa e pelo castigo ou vítima da vindita da sociedade, que o gerou como fruto malsão ou o considera um inimigo a destruir. Visitar o preso, conversar com ele, é mais que um gesto humanitário, é ajuda-lo a ressuscitar para o sentido da vida, é oferecer-lhe o dom da liberdade dos filhos de Deus. Não falta, pois, assunto para nossa meditação. Impõe-se, porém, uma escolha. Atendendo à sugestão, vamos meditar sobre a liberdade, sobre o “ser livre em Cristo”. Talvez seja essa a revelação mais importante para nosso irmão prisioneiro.

Primeiramente recordamos o contexto no qual a palavra liberdade (libertação) emergiu, carregada de sentido novo, da primeira experiência da igreja. (Novo testamento)

Em seguida procuraremos ver o contexto no qual a novidade da liberdade, que nos é oferecida em Cristo, se fez ainda presente e interpeladora em nossos dias. A “teologia da libertação” representa um esforço digno em nota por responder a esse desafio.

Por último, algumas pistas para a ação pastoral, que nos sugerem a fé, a esperança e o amor que animam a igreja de todos os tempos.

1. Liberdade e libertação no novo testamento.

Contentamo-nos em resumir, em fórmula simples, o resultado de algumas pesquisas.

“Liberdade”, no contexto cultural da primeira evangelização, era daquelas palavras exprimiam o conteúdo totalizante do humanismo naquela época. Para os gregos da era clássica, o “existir como homem” se definia como “ser livre”. “Ser livre”, entretanto entendia-se não do homem considerado abstratamente, mas do homem na situação concreta de membro da cidade. “Ser livre” é ser cidadão, isto é, poder exercer a vida livre de dependências, pressões, arbitrariedades. O ideal do homem era viver na cidade na qual os homens, formando uma comunidade de pessoas

¹Estudos da CNBB. N°4. Pastoral Carcerária. Edições Paulinas. Rio de Janeiro. 1974. Estudo apresentado pelo Pe Virgílio Rosa Netto, Diretor do instituto nacional da pastoral da CNBB- Rio de Janeiro. 1973.

livres, chegassem a um acordo sobre as condições do ser livre: condições ideais de participação nas decisões da cidade, condições ideais de dispor de si, sem dependência em relação arbitrariedades e violências de quem quer que seja. Vê-se que este conceito de liberdade esta impregnado de realismo. A liberdade absoluta não existe para o homem. Segundo o ideal grego, a liberdade é limitada pelas condições, sobre as quais os cidadãos chegaram a um acordo, isto é, pelas ordenações e leis, garantias do sagrado direito à participação da vida em comunidade, livre de toda violência e arbitrariedade.

O contexto mais amplo, do qual se cultivava essa noção de liberdade, era o do mundo as coisas necessárias e imutáveis. Neste contexto, a palavra “revolução” não significava a passagem, forçada pelo homem, de uma etapa a outra da história. Revolução entendia-se como o movimento dos astros, cíclico, sempre igual, que rege o tempo, as estações, os meses, os dias e as horas. As coisas parecem que vão, mas voltam, e não mudam. Humanizar consistirá em fazer aproximar-se a ordem das coisas humanas o mais possível da tranquilidade, na ordem e na paz das coisas necessárias e imutáveis. Ao homem cabe estabelecer, na cidade, condições ótimas de vida, livre da contingência, da instabilidade e da violência.

Entretanto, a experiência mostra que república ideal é utopia, não existe e nem pode existir em parte nenhuma, e que a vida humana passa e, com ela, passam todas as coisas. Ao tempo da primeira difusão do evangelho, já se havia substituído, no mundo helênico a nação otimista da liberdade como suprema realização política, por um conceito mais universal e filosófico, que melhor expressava a angustiada fuga do homem às limitações inexoráveis à sua vontade de “ser livre”. De um lado a cidade se universaliza, torna-se o mundo conhecido, varridas por forças incontroladas pelo homem e pela violência por estas mesmo desencadeadas. Do outro lado na dependência não se busca mais a harmonia da cidade impossível, mas na fuga do interior do próprio homem. O homem refugia-se em si mesmo. Ser livre significa independe das condições que limitam exteriormente. Homem livre é o que se aparta do mundo, que sofre o mundo, sem ser por ele atingido na sua íntima tranquilidade. Chega-se mesmo à ideia de que o suicídio é a suprema expressão de liberdade do homem.

É nesse contexto que é pregada inicialmente a boa-nova do evangelho de Jesus Cristo. Que novidade há na pregação evangélica, com relação ao “ser livre”, para os homens na cultura helênica? Uma primeira novidade será a nação de criação. O mundo, a grande cidade, na qual os homens se vêem lançados pelo destino, não é um mundo que se explica a si mesmo, sem origem, sem fim. O mundo é mundo dos homens. E os homens têm todos uma relação original, fundamental para com alguém que não é do mundo dos homens, mas a origem, o fundamento o fim de tudo e de todos no qual existimos, nos movemos e somos. Já não está o homem só e perdido no mundo. Este alguém é quem pode fazer com que a impossível cidade dos homens se torne comunhão perfeita de vida. Ele esta no íntimo de todo homem que vem a este mundo, e dentro da cidade é a fonte da vida do homem. É ele que da ao homem o ser, o ser homem, o ser livre, o ser cidadão (da cidade de Deus). Para ele não existem as limitações, as contrariedades, as violências. Ele é a sua própria lei, a sua própria justiça, isto é, a perfeita realização de espírito, da vontade de amar e ser amado, a perfeita compreensão de toda a verdade. Os gregos procuravam tudo isso nos horizontes e limites na cidade terrena. Não encontrando o que buscavam,

projetavam o seu mistério e tormento em mitos, expressões da angustia. Os mitos não libertam. O evangelho, porém, não é mito. É presença, é comunicação de alguém que muda radicalmente a situação do homem. Na revelação vivida na igreja, o mistério do homem se abre em diálogo com Deus Pai, primeiros em Cristo e depois em todo homem que nele nasce pela fé e pelo batismo como filho. Em Cristo, o diálogo do homem com seu criador se tornaram possível, como se tornou possível à constituição da verdadeira cidade dos homens livres.

A criação é uma relação permanente dos homens para com Deus, que afunda o próprio existir humano. O homem na sua ânsia de realizar-se na liberdade, não se defronta somente com os irmãos, companheiros de solidão e desespero, mas confronta-se com aquele que é amor e justiça transbordantes, que é Lei, por ser amor, que dá vida à nova cidade dos filhos de Deus. Esta é a boa-nova do evangelho. Não somos destinados fatalmente viver e morrer sob dominação e violência. Somos, por graça filhos, pela comunhão do mesmo Espírito com o Pai. E a comunhão com Espírito que, no íntimo, nos diz, ou melhor, nos faz dizer que somos libertados. Não há mais condenação para aqueles que estão em Jesus Cristo. A lei de Cristo é libertação do pecado e da morte.

A igreja é, no meio do mundo presença significativa (sacramento) deste mistério de liberdade e libertação. A igreja anuncia que a cidade dos homens plenamente livres não é utopia. Ela existe. A cidadania dos filhos de Deus é oferecida a todos que não se fecham ao Espírito, que se difundem nos corações. Porque em Cristo foi a liberdade conquistada, e foram abolidas todas as desigualdades, limitações e violências. A igreja não é, porém, a cidade de Deus em sua última e plena manifestação (o reino de Deus). Cristo na igreja anuncia o reino, comunica o Espírito que todos movem à plena libertação. Mas isso não impede que a igreja sofra, como todos os homens, ainda, resistências e violências ao dom da liberdade que o Espírito oferece. A igreja vive o tempo da graça simultaneamente com o do pecado. E p tempo da luta para a libertação. Aceitar ou não aceitar esta condição de convocado à cidade de Deus, é para cada homem a diferença que há entre o pecado e a justiça.

“Ser livre” pela recusa do Espírito, porque é outro, é a alienação total, ao passo que ser livre pela aceitação do dom, é integrar-se no movimento que leva a plenitude do homem em Cristo Jesus.

Em que todos os seus atos, nos projetos que tem em mente, nas situações de crise, o homem se vê solicitado a optar entre abrir-se ao amor ou fechar-se ao egoísmo. A opção é livre, mas a liberdade dos filhos de Deus só a conseguem aqueles que Deus amou primeiro. Sem o dom deste amor, a vida humana é ruptura. “O que faço não entendo, faço o que não quero, e não o que quero. Descubro esta lei: que quando quero o bem, é o mal que se apresenta. Infeliz o homem que sou. Quem me há de libertar deste corpo de morte?” A resposta é: “Foi para que fôssemos livres que Cristo nos libertou”. A raiz da nova liberdade encarnou-se em Cristo, tornou-se homem. Nele Deus para nos realiza a libertação do pecado, a ressurreição para a vida em liberdade. Para vivermos a vida de filho de Deus, na intimidade do Pai e na unidade do mesmo Espírito Santo. Esta é a mensagem do novo testamento. Passemos ao segundo ponto da nossa meditação.

2. Missão da igreja e libertação do homem em nossos dias

o que dizer, á luz da revelação do novo testamento, da presença e responsabilidade da igreja no contexto cultural das lutas de libertação de nossos dias? Há, certamente, uma grande diferença entre a cultura cosmopolita, contemporânea e o contexto no qual a igreja empreendeu a sua primeira experiência de evangelização. Mencionemos apenas uma delas: A esperança de plena e concreta realização futura da liberdade do homem. Não se pode negar que se deve à evangelização do fato do homem alimentar hoje a esperança de que seu futuro de plena libertação não é mais utópico. Mas é importante não esquecer que outra raiz dessa esperança escatológica é a convicção nova do poder do homem sobre as forças da natureza e sobre os próprios determinismos e conflitos do comportamento humano, individual ou coletivo. A mentalidade técnico-científica não mais admite que o mundo ideal é o da necessidade, da estabilidade, da ordem e tranquilidade, das revoluções clínicas. A chance do homem é a do salto para o qualitativamente novo e melhor, no futuro. Não importa que a maior parte dos homens continue demissionária e transfira ao poder desconhecido, à fatalidade, o domínio sobre seu próprio futuro. As utopias na cultura dominante passam a ser tratadas como projetos de libertação. Pelo menos é esta convicção dos que detêm o poder, isto é, o domínio, seja sobre as forças da natureza (tecnologia) seja sobre a formação da sociedade (poder político apoiado no econômico e militar).

Isto se verifica tanto no sistema liberal-capitalista quanto no sistema socialista. Todos afirmam a liberdade e proclamam a luta para a liberdade. Para os liberais o homem é fundamentalmente livre e a liberdade é a meta a que todos aspiram. Somente que, por necessidade inelutável, na corrida, alguns ficam para trás, e alguns acaba definitivamente marginalizados. O sistema, porém, se julga, apesar de tudo, o melhor caminho, porque possui em si os meios de autocorrigir-se dos desvios, com o menor risco de auto anulação. Já a tradição socialista, pretende ter descoberto, pela análise científica das contradições da sociedade capitalista, a causa estrutural que impede a plena libertação dos homens. E muitos são os projetos socialistas de erradicação do mal pela raiz e de criação de condições para o pleno exercício da liberdade. Entretanto, nas tentativas de aplicação dos postulados de ambos os sistemas, estão igualmente presentes os estigmas da opressão e da destruição da liberdade. É que as estruturas são instrumentos de pecados e justiça, mas o pecado e a justiça estão no próprio homem. Neste contexto novo não faltam esforço da igreja (do magistério, dos teólogos) no sentido de esclarecer a consciência do cristão para que assuma a sua responsabilidade perante Deus e perante os homens. A tarefa é árdua. A confusão é grande e muita gente parece desanimar. Na situação concreta da pastoral carcerária, para nos limitarmos a experiência com vocês, o que se vê é o fracasso de tanta boa intenção proclamadas por varias ideologias. As considerações do magistério e dos teólogos correm o risco de parecer exercício de habilidade dialética, para salvar a posição da igreja. Um jogo de palavras a mais, senão alienante, pelo menos inútil. Lembramo-nos, porém, que a palavra do evangelho sempre foi tida por loucura e que tanto pastor quanto teólogo são homens da igreja. Sustentam-nos a fé e a esperança. Move-nos na execução de sua tarefa, o amor de Cristo.

Retomemos, considerando a situação presente, a meditação sobre a criação. Vimos que a criação importa na sempre atual presença de Deus no mundo dos homens: presença

sustentadora, vivificadora. Em Cristo, Deus leva a criação à sua plenificação, isto é, à sua humanização final. O que humanizar, senão libertar o homem, isto é, transformar o mundo, de modo que se implantem condições definitivas e universais de liberdade, em relação ao pecado, à morte, às violências todas das desordens sociais ou da desarmonia do cosmos?

Houve época em que a igreja viveu a mensagem evangélica de libertação em contexto cultural impregnado do ideal estoico da fuga do mundo. Não falhou a igreja na sua íntima e profunda vivência do ministério de Cristo, mas é certo que as expressões culturais da fé e a praxe dos cristãos na sociedade sofreram a influência das ideologias do tempo. Hoje, certamente, a praxe libertadora dos cristãos terá que concretizar dentro do novo contexto cultural e enfrentará também a tentação de rebaixar os horizontes da fé o nível das revelações da carne e do sangue, ou das realizações das forças que operam no mundo e se opõe a abertura do homem ao Espírito.

É certo que em Cristo, somos chamados a levar a termo a obra da criação, a lutar para a libertação do homem de toda violência cósmica, social, e do pecado, raiz e fonte de toda situação de opressão. A dificuldade é que no terreno da praxe é o da opção bem definida, da escolha entre alternativas possíveis, da ação concreta. Neste terreno, todas as profundas, universais e definitivas certezas da fé, da esperança e do amor de Cristo, pelas quais agem os Cristãos, não os exoneram da angústia, e da crise, ao se defrontarem, no dia-a-dia, com o provisório, com a ambiguidade, tanto das pequenas informações de detalhe, quanto as construções super elaboradas do sistema, das análises da realidade as vastas tentativas de plenificação. Não é dado ao Cristão identificar e confundir simplesmente a luta do grupo político ao qual aderiu, (seja para pôr abaixo o poder político, seja para apoiá-lo e defendê-lo), com a revelação da força atuante da ressurreição de Cristo e no dom do Espírito derramado aos corações dos homens. Nenhum Cristão pode pretender saber, com certeza da fé, em todas as circunstâncias da praxe política (que acreditará ser libertadora), se esta colaborando para a verdadeira libertação do homem, ou se está, ao contrário, promovendo à opressão, a violência, a injustiça.

O que o Espírito nos diz, no íntimo de nós mesmos, e através de muitas formas da expressão de consciência da igreja, é que o absoluto da liberdade só em Deus existe que plena e final liberdade só encontraremos quando Deus for tudo em todos. Não nos é dado sabermos quando, e nem como acontece esta transformação final, mas sabemos com certeza que ela não se confina no âmbito das intenções e dos projetos em curso de realização, irremediavelmente ambíguos e precários. A libertação que nos esperamos será a passagem definitiva para além de tudo que a investigação científica pode atingir ou a planificação prevê como o futuro da humanidade. O Cristão não absolutiza nenhum esforço humano para a libertação e nem a ele reduz atuação e presença da salvação, dom de Deus em Cristo Senhor. Do mesmo modo que a fé não podia aceitar que o fim do homem se encerrava nos limites da estabilidade e tranquilidade da ordem cósmica, assim também não podemos limitar a compreensão de nossa Páscoa, isto é, na nossa entrada na comunhão dos filhos de Deus, aos esforços ou a luta que os homens, de muitas e conflitantes maneiras, empreendem, a tentativa de dar o salto à frente na história.

O Cristão não pode identificar sua fé com nenhum sistema ou ideologia absolutizante, que lhe permita dizer: “aqui ou ali”, isto é, neste programa de libertação, ou naquele sistema de segurança e repressão, “esta o Cristo”. Nenhum cristão pode afirmar-se na sua praxe política porta-voz do juízo final, que consistiria em adotar “análises científicas” do sistema políticas, econômicas ou sociais e trombetear, aos quatros ventos, a glorificação dos “bons”, ou a condenação dos “maus”, as intrínsecas perversidades ou as essenciais bondades das partes em conflito.

Então, concretamente, o que fazer? Seria certamente fácil refugiar-se na abstenção ou no absenteísmo, assumir a posição da “distância crítica”. Mas isto seria de novo empreender a fuga, em contratestemunho da libertação que acreditamos estar em Deus operando o mundo, para plenificação de sua obra. De qualquer maneira, de solidarizar-se dos homens em sua luta para a libertação, é apostatar da fé, isto é, descrer do amor de Deus manifestado no dinamismo da morte e ressurreição de Cristo, radical libertação de todos os homens.

De outro lado, cometeria grave engano o cristão que alardeasse, “a luz do evangelho”, o arcano conhecimento da melhor opção concreta, do único sistema verdadeiramente libertador, e os quisesse impor no campo da luta política, econômica, social. Como se a fé lhe desse o carisma de agir como árbitro dotado de superpoderes de decisão e julgamento. Além de enganar-se a si mesmo e aos outros, cometeria um sacrilégio, pois teria a pretensão de fazer da fé, dom de Deus, instrumento de dominação.

A conclusão é que a presença e o testemunho do cristão, na luta da libertação, será participação solidaria, em igualdade de condições. Igualdade de condições, quer dizer: pela fé, no campo político, social, econômico, etc., nem sabe e nem pode o cristão saber, nem mais nem menos, que sua específica competência de profissional ou de simples cidadão que lhe permite oferecer. A participação do cristão, portanto, é serviço a causa comum em igualdade também de riscos de errar. No caso da pastoral carcerária, a nossa mensagem de libertação em Cristo, não pode desligar-se, sobre pena de anula-se, de um empenho pessoal de cada um de nós, na esfera da própria competência e influência, por criar condições de liberdade na sociedade. Isto abrange desde o campo de proteção à infância abandonada e a família, a transformação de condições de trabalho e participação de seus frutos, até o da reformada legislação penal e sua aplicação nos presídios.

O que então distingue os cristãos da luta para a libertação? Distingue-os o fato de agirem movidos pela fé, pela esperança, pelo amor em Cristo e em testemunho desta fé, desta esperança e deste amor. É hora de passar pro terceiro ponto da nossa meditação.

3. Pistas para a ação pastoral junto com os presos

Mas o tempo já se esgotou não me resta senão deixar a vocês completar estas simples indicações. No total empenho de lutar solidariamente para a plena libertação do homem, esforça-se o cristão por não cometer o pecado de idolatria, que seria de adorar outros deuses, seguir outros messias. Em tudo que faz, o cristão é movido por uma esperança a toda prova, sabendo que mesmo o pecado e a morte foram absorvidos e abolidos finalmente pela Páscoa de Cristo. Sabe,

porém, que a fé e a esperança não de passar, e que só o amor há de permanecer. Sabe que nesse amor todos os pequenos e grandes esforços de libertação são assumidos e um dia transformar-se-ão na plenitude do dom da libertação do homem.

No contato com os detentos e presidiários, o cristão tem a consciência de que as tristes histórias destas pessoas, que envolvem a responsabilidade de tantas outras, foram também elas assumidas na Páscoa do Cristo. Que para todos estão abertas a porta da cidade de Deus. A fim de que se tornem homens livres, filhos de Deus. O cristão procura, junto aos presos, dar testemunho de que os pobres são evangelizados, que os marginalizados encontram a sua integração na comunhão do amor sem limites, que irremediavelmente destroçadas, morreram e ressuscitaram pelo amor de alguém que experimentou a prisão, a tortura, o escárnio, a morte violenta.

Espero que estas rápidas considerações os tenham ajudado a entrever, à luz do evangelho, “os fundamentos teológicos da pastoral carcerária”.